

CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

# AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 002/2023

#### **CONTRATANTE**

PREFEITURA DE BIRIGUI-SP

#### **OBJETO**

AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE HORTALIÇAS DESTINADAS ÀS HORTAS COMUNITÁRIAS

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 6.633,90

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 29/03/2023 às 8h

Até 31/03/2023 às 17h

PERÍODO DE LANCES

De 03/04/2023 às 8h

Até 03/04/2023 às 14h



CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

PREFEITURA DE BIRIGUI-SP

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2023

Torna-se público que PREFEITURA DE BIRIGUI, estado de São Paulo, por meio da

Secretaria de Administração/Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio, Divisão de

Compras, Licitações e Gestão de Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério

de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº

14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Data da sessão 03/04/2023

Link: <a href="https://bll.org.br/">https://bll.org.br/</a>

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00 horas

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a

contratação por dispensa de licitação de AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE

HORTALIÇAS DESTINADAS ÀS HORTAS COMUNITÁRIAS, conforme

condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e

seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme especificações constantes do Anexo

I.

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em

quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o

fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

Rua Anhanguera, 1.155, Morumbi, Birigui, SP, CEP 16.200-067



CNPJ 46.151.718/0001-80

#### Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante da plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil BLL (www.bll.org.br).
- 2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil BLL, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura de Birigui a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



CNPJ 46.151.718/0001-80

#### Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.2.5. sociedades cooperativas.

# 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.



CNPJ 46.151.718/0001-80

#### Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico ou Projeto Executivo, quando o caso, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

#### 4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.



CNPJ 46.151.718/0001-80

#### Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será definido pelo condutor do processo, se o caso.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.



CNPJ 46.151.718/0001-80

- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
- 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços



CNPJ 46.151.718/0001-80

#### Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

#### 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO IV DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<a href="https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados">https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados</a>); e



CNPJ 46.151.718/0001-80

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<a href="https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?">https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?</a> ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc).
- 6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora.
- 6.2.1.1. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio da plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil BLL.
- 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente os documentos de habilitação para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.



CNPJ 46.151.718/0001-80

#### Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

- 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## 7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 7.2.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.3. O prazo de vigência da contratação é de 20 dias úteis, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 7.4. As condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### 8. SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



CNPJ 46.151.718/0001-80

- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



CNPJ 46.151.718/0001-80

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



CNPJ 46.151.718/0001-80

#### Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil BLL (www.bll.org.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



CNPJ 46.151.718/0001-80

- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.
- 9.14 As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do



CNPJ 46.151.718/0001-80

#### Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

- 9.15. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 9.15.1. ANEXO I Especificação do objeto
  - 9.15.2. ANEXO II Documentação exigida para Habilitação
  - 9.15.3. ANEXO III Termo de Referência;
  - 9.15.4. ANEXO IV Estudo Técnico Preliminar

Birigui, 27 de março de 2023

Leandro Maffeis Milani

**PREFEITO** 



CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

#### ANEXO I

# DESCRIÇÃO DO OBJETO

#### **1.0BJETO:**

AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE HORTALIÇAS DESTINADAS ÀS HORTAS COMUNITÁRIAS

# 2. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS / PREÇO ESTIMADO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	SEMENTE DE RÚCULA	5,00 KG	R\$ 198,67	R\$ 993,35
02	SEMENTE DE COENTRO	5,00 KG	R\$ 27,60	R\$ 138,00
03	SEMENTE DE RABANETE	4,00 KG	R\$ 256,20	R\$ 1.024,80
04	SEMENTE DE BETERRABA	3,50 KG	R\$ 225,07	R\$ 787,75
05	SEMENTE DE ALMEIRÃO-PÃO	5,00 KG	R\$ 349,80	R\$ 1.749,00
06	SEMENTE DE CENOURA	3,50 KG	R\$ 246,00	R\$ 861,00
07	SEMENTE DE SALSA	5,00 KG	R\$ 216,00	R\$ 1.080,00



CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

## ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

### 1 Habilitação jurídica:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:
- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e



CNPJ 46.151.718/0001-80

#### Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

### ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

#### 01 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de sementes para as Hortas Comunitárias.

Sementes de rúcula; sementes de coentro; sementes de rabanete; sementes de beterraba; sementes de almeirão; sementes de cenoura e; sementes de salsa.

#### a- especificação do produto/serviço

A compra de sementes se justifica pelo eminente auxílio nas atividades e nos empenhos agrícolas, e conservações das nas Hortas Comunitárias, Agricultura Comunitária Urbana e Agroflorestas.

#### b-locais de entrega e regras para recebimentos

A entregaserá de forma única, no qual será realizado na sede do Fundo Social de Solidariedade, sito a rua Santa Tereza, 365, Vila Troncoso, Birigui-SP, prazo de 20 dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento. Será entregue ao responsável pelo recebimento o funcionário e Chefe do Serviço das Hortas Fabio Aleandre Faria Boato.

#### c- especificação da garantia exigida

Como se trata de sementes a serem plantadas, não há uma garantia prévia, apenas a dependência do bom manuseio do plantio para efetivação das mesmas.

#### 02 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Auxílio nas funções agrícolas nas Hortas Comunitarias, agricultura comunitária urbana e Agroflorestas, bem como na qualidade de suas conservações. O objetivo da contratação dá-se pelo auxílio nas funções agrícolas, bem como na qualidade de suas manutenções e conservações. Também pela serventia de de preparo de solo adequado para recebê-las.

#### <u>03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO</u>

Visto que sementes adquiridas são de extrema importância para execução de serviços, no qual o investimento financeiro será justificado pelo seus resultados.

#### <u>04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</u>

Não há a necessidade de contratação especial, porém está sob a Requisição de Compra 628/2023.



CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os ítens pretendidos serão de grande auxilio na obtenção de resultados, uma vez que serão empregados a fim de tornar os trabalhos empregados nas as Hortas Comunitarias, agricultura

comunitária urbana e Agroflorestas mais eficazes e eficientes, cuja execução se manterá otimizada,

contribuindo para a permanência de referencias desses locais.

<u>06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO</u>

A fiscalização da execução do contrato será realizada por servidores com conhecimentos técnicos, no

caso os funcionários Fabio Alexandre Faria Boato, Matheus dos Santos Gallinari e Ronaldo Jorge

Mazucato, já inseridos nos empenhos dos trabalhos necessários nas Hortas Comunitarias, em que são

aptos para a informação, apresentação e execução do plantio, repassando os conhecimentos básicos

aos usuários dos canteiros respectivos e pelo plantio no espaço determinado.

07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Foram feitos 03 (três) orçamentos em empresas do ramo e usado critérios comparativos para chegar

ao melhor preço. Os critérios serão por quilos (kg) conforme especificado na Requisição.

Sementes de rúcula (5kg); sementes de coentro (5kg); sementes de rabanete (4kg); sementes

de beterraba (3,5kg); sementes de almeirão (5kg); sementes de cenoura (3,5kg) e; sementes

de salsa (5kg).

Forma de Pagamento: 30 dias após o recebimento da mercadoria e emissão da nota fiscal.

08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Foi utilizado neste contrato o critério de seleção do fornecedor com o menor preço, porém que

mantivesse as outras caracterisitcas de qualidade em vigor.

A Contratação teve base de orçamentos feitos através de contato com empresas em cumprimento e

com obediência à nova lei de licitações e contratos administrativos (Lei Nacional n.º 14.133/2021).

<u>09 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO</u>

Foram realizados a quantidade de três orçamentos, na qual as empresas participantes confirmaram a

devolutiva conforme cópias anexadas a fim de dar prosseguimento às evetualidades para as

providências das Solicitações de Compra.

Estimativa de valor: R\$8.200,00



CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

#### 10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em referência ao planejamento anual e inserido no Plano de Contratações Anual datado de 14/10/2022, e conforme Requisição de compra nº 417/2022, Requisições 000417/2022, Notas de Empenho 05923/2022 e 05925/2022, a qual resultou na referência. Tal referência foi baseada na compra de 42kg de sementes.

Verificamos que o custo é de aproximadamente R\$ 8.200,00, tendo levantado essa estimativa orçamentrária baseando-se em valor fornecido na Autorização de Fornecimento anterior.

Dando sequência, mediante cálculos e suprimento das necessidades às sementes, a referência foi baseada na compra de 31kg, tendo levantado essa estimativa orçamentrária baseando-se em valores atuais, podendo sofrer alterações de acordo com os informativos dos estabelecimentos.



CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

#### ANEXO IV – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(elaborado com base no artigo 6º, inciso xx, combinado com o § 1º e 2º, da lei 14.133/21)

**ELEMENTOS CONSTITUTIVOS** DA **PRIMEIRA** DO **ETAPA** PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE SEMENTES HORTALÍÇAS, BASE DO REGISTRO DE COMPRAS E ORÇAMENTOS FEITOS VIA CONTATO COM AS EMPRESAS, **CUMPRIMENTO**  $\mathbf{EM}$ E COM **OBEDIÊNCIA** À NOVA LEI DE LICITAÇÕES  $\mathbf{E}$ **CONTRATOS** ADMINISTRATIVOS (LEI NACIONAL N.º 14.133/2021), ESTE DOCUMENTO ESTÁ INFORMANDO SOBRE A COMPRA DE SEMENTES HORTALÍÇAS DE ACORDO COM A PROGAMAÇÃO DO ANO VIGENTE PARA O AUXÍLIO NAS **FUNCÕES AGRÍCOLAS** NAS **HORTAS** COMUNITÁRIAS, AGRICULTURA COMUNITÁRIA URBANA E AGROFLORESTAS, BEM COMO NA QUALIDADE DE SUAS CONSERVAÇÕES, DE ACORDO COM OS PROGRAMAS DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DE BIRIGUI-SP.

#### 1- JUSTIFICATIVA:

A compra de sementes se justifica pelo eminente auxílio nas atividades e nos empenhos agrícolas, e conservações das nas Hortas Comunitárias, Agricultura Comunitária Urbana e Agroflorestas.

## 2- PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

O objeto da contratação está dentro do planejamento anual e inserido no Plano de Contratações Anual datado de 14/10/2022.

# 3- REQUISITOS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO:

O objetivo da contratação dá-se pelo auxílio nas funções agrícolas, bem como na qualidade de suas manutenções e conservações. Tal motivo se dá pela serventia de facilitadoras e possibilitarão as atividades de preparo adequado para recebê-las.



CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

# 4- QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONSIDERAÇÃO DA ECONOMIA DE ESCALA:

A quantidade calculada foi fundamentada em estudos se baseando em anos anteriores, levando também em consideração os números atuais de Hortas Comunitárias, Agricultura Comunitária Urbana e Agroflorestas.

Os produtos solicitados foram reduzidos para metade de outros anos para que se tenha um gasto menor, se adequando ao orçamento disponível para o ano vigente.

## 5- JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

Dos levantamentos feitos em nível de estudos nas Hortas Communitárias, identificamos uma solução escolhida, em razão da manutenção e do auxílio nas funções agrícolas necessárias às Hortas Comunitárias, bem como na qualidade de suas conservações.

## 6- ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Em levantamento preliminar por meio de consultas realizadas na Requisição de compra n° 417/2022, Requisições 000417/2022, Notas de Empenho 05923/2022 e 05925/2022, verificamos que o custo é de aproximadamente R\$ 8.200,00, tendo levantado essa estimativa orçamentária baseando-se em valores atuais de mercado.

# <u>7- MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIAS OFERECIDAS:</u>

Como se trata de sementes a serem plantadas, não há uma garantia prévia, apenas dependendo do bom manuseio do plantio para efetivação das mesmas.

# 8- PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO ou NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Não se apresenta impecílios para o modo de contratação, havendo-se apenas a necessidade de recebimento na mesma data ou próxima.

- Sementes de rúcula Não Parcelamento;
- sementes de coentro Não Parcelamento;
- sementes de rabanete Não Parcelamento;



CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

- sementes de beterraba Não Parcelamento;
- sementes de almeirão Não Parcelamento;
- sementes de cenoura Não Parcelamento;
- sementes de salsa Não Parcelamento.

#### 9- RESULTADOS PRETENDIDOS:

Espera-se resultados positivos e satisfatórios entre comunidade e bem estar com o cultivo, assistência e cuidado com as regiões agrícolas municipais.

### 10-PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES PELA ADMINISTRAÇÃO:

Tendo em vista a necessidade de providências complementares que a Administração deverá providenciar para a correta execução dos trabalhos, ou seja, uma contrapartida em questão de infraestrutura, pessoal através de funcionário, financeiro, entre outros, que interferirão na execução do trabalho. Será de bom grado a mobilização administrativa para que possamos ar a continuidade no trabalho com o grau preciso de excelência.

#### 11- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não detectamos necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, tendo em vista os tamanhos e dimensões das sementes, sendo necessária apenas o manuseio pessoal, tanto do entregador quanto do funcionário que as palntarão e cultivarão.

# 12- DEMONSTRAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E POSSÍVEIS MEDIDAS MITIGADORAS:

Inexiste impacto ambiental eis que as sementes trarão manutenção, qualidade e preservação dos recursos naturais.

# 13- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM VISTA A SOLUÇÃO A QUE SE DESTINA:

De todo o estudo realizado e considerando todas as possibilidades de caráter técnico e econômico, concluímos que a melhor solução é a contratação dos produtos solicitados para que dê a continuidade nos trabalhos já realizados com excelência e possibilitarão as atividades de cultivo, preservação e manutenção do solo e hortaliças,



CNPJ 46.151.718/0001-80

Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio

melhor retenção de recursos hídricos e desenvolvimento da produtividade nas Hortas Comunitárias, agricultura comunitária urbana e Agroflorestas, servindo de vitrine o município de Birigui e para demais cidades da região.

Birigui-SP, 09 de março de 2.023

Eder Akira Ideriha
Diretor do Fundo Social de Solidariedade